

30/7/2013, para gozo no período de 15/7 a 13/8/2013.

II - ALTERAR o período de férias do servidor MARINALDO DA SILVA RAMOS, Auxiliar de Administração, estabelecidas pela PORTARIA nº 2830/2012-MP/SGJ-TA, de 17/12/2012, em 1º a 30/7/2013, para gozo no período de 18/7 a 16/8/2013.

III - ALTERAR o período de férias do servidor WALAMIR DIAS DE OLIVEIRA, Oficial de Serviços Auxiliares, estabelecidas pela PORTARIA nº 346/2013-MP/SGJ-TA, de 07/06/2013, em 1º a 30/7/2013, para gozo no período de 15/7 a 13/8/2013.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 8 de julho de 2013.

ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO

Subprocurador-Geral de Justiça,

área técnico-administrativa, em exercício

**PORTARIA N.º 424/2013-MP/SGJ-TA**

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº 4067/2013-MP/PGJ, de 1º de julho de 2013,

R E S O L V E :

I - AUTORIZAR o servidor ADRIANO MAIA CORRÊA, Técnico Especializado, a gozar 12 (doze) dias restantes de férias, estabelecidas pela PORTARIA n.º 227/2013-MP/SGJ-TA, de 12/04/2013, e suspensas pela PORTARIA n.º 231/2013-MP/SGJ-TA, de 12/04/2013, no período de 2 a 13/7/2013.

II - AUTORIZAR o servidor IVANILDO DA COSTA BRASIL, Auxiliar de Administração, a gozar 11 (onze) dias restantes de férias, estabelecidas pela PORTARIA n.º 144/2013-MP/SGJ-TA, de 06/03/2013, e suspensas pela PORTARIA n.º 223/2013-MP/SGJ-TA, de 11/04/2013, no período de 8 a 18/7/2013.

III - AUTORIZAR a servidora CAMILA CAVALCANTE DOS SANTOS, Auxiliar de Administração, a gozar 15 (quinze) dias restantes de férias, estabelecidas pela PORTARIA n.º 1477/2012-MP/SGJ-TA, de 15/6/2012, e suspensas pela PORTARIA n.º 1848/2012-MP/SGJ-TA, de 19/07/2012, no período de 15/7 a 29/7/2013.

IV- AUTORIZAR o servidor LUIZ ARTUR SARAIVA FILHO, Auxiliar de Administração, a gozar 30 (trinta) dias de férias, estabelecidas pela PORTARIA n.º 2824/2012-MP/SGJ-TA, de 17/12/2012, e suspensas pela PORTARIA n.º 142/2013-MP/SGJ-TA, de 05/03/2013, no período de 8/7 a 6/8/2013.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 8 de julho de 2013.

ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO

Subprocurador-Geral de Justiça,

área técnico-administrativa, em exercício

**PORTARIA N.º 425/2013-MP/SGJ-TA**

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº 4067/2013-MP/PGJ, de 1º de julho de 2013,

R E S O L V E :

AUTORIZAR a servidora ROSEMARY BARROS DE OLIVEIRA E SILVA, Técnico, a gozar 16 (dezesseis) dias restantes de férias, estabelecidas pela PORTARIA n.º 2825/2012-MP/SGJ-TA, de 17/12/2012, e suspensas pela PORTARIA n.º 188/2013-MP/SGJ-TA, de 25/3/2013, no período de 10 a 25/7/2013.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 8 de julho de 2013.

ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO

Subprocurador-Geral de Justiça,

área técnico-administrativa, em exercício

**PORTARIA N.º 426/2013-MP/SGJ-TA**

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº 4067/2013-MP/PGJ, de 1º de julho de 2013,

R E S O L V E :

CONCEDER à servidora CLÁUDIA MIRALHA DE ARAUJO CAVALheiro DE MACEDO, Assessor de Procurador, 30 (trinta) dias de férias regulamentares referentes ao exercício 2011/2012, e autorizar o gozo no período de 15/9 a 14/10/2013.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 8 de julho de 2013.

ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO

Subprocurador-Geral de Justiça,

área técnico-administrativa, em exercício

**PORTARIA N.º 429/2013-MP/SGJ-TA**

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA, PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO, usando das atribuições que lhe foram delegadas pela PORTARIA nº 4067/2013-MP/PGJ, de 1º de julho de 2013,

R E S O L V E :

I - SUSPENDER as férias da servidora MARLUCE DE JESUS LIMA E SILVA, Oficial de Serviços Auxiliares, estabelecidas pela PORTARIA n.º 2825/2012-MP/SGJ-TA, de 17/12/2012, no período de 1º a 30/8/2013, para gozo oportuno.

II – SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias do servidor

RENÊ SOUZA DA SILVA, Auxiliar de Administração, estabelecidas pela PORTARIA n.º 2827/2012-MP/SGJ-TA, de 17/12/2012, no período de 1º a 30/7/2013, a contar de 1º/7/2013, para gozo oportuno.

III – SUSPENDER as férias do servidor RAIMUNDO DE CASTRO FREIRES, Auxiliar de Administração, estabelecidas pela PORTARIA n.º 404/2013-MP/SGJ, de 1º/7/2013, no período de 27/6 a 26/7/2013, para gozo oportuno.

IV – SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias do servidor RAIMUNDO NEVES DUARTE, Oficial de Serviços Auxiliares, estabelecidas pela PORTARIA n.º 2824/2012-MP/SGJ-TA, de 17/12/2012, no período de 1º a 30/7/2013, para gozo oportuno.

V – SUSPENDER, por necessidade de serviço, as férias do servidor ROBERTO XAVIER DE SOUZA FERREIRA, Motorista, estabelecidas pela PORTARIA n.º 2824/2012-MP/SGJ-TA, de 17/12/2012, no período de 1º a 30/7/2013, para gozo oportuno.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DA SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA A ÁREA TÉCNICO-ADMINISTRATIVA, Belém, 8 de julho de 2013.

ALMERINDO JOSÉ CARDOSO LEITÃO

Subprocurador-Geral de Justiça,

área técnico-administrativa, em exercício

**NOTIFICAÇÃO E PORTARIA N° 003/2013-PAPPCF/PJTFEISFRJE**

**NÚMERO DE PUBLICAÇÃO: 553570**

**NOTIFICAÇÃO**

**Ilmo(a). Sr(a).**

**Responsável Legal do(a) ACADEMIA PARAENSE DE LETRAS**

**Rua Joao Diogo, 235, CIDADE VELHA - BELEM - PA - CEP: 66015-160**

A 1ª Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial nos termos dos artigos 127 e 129 inciso II (serviços de relevância pública) da CF, artigo 26, inciso I, alínea “a” da Lei nº 8.625/93 e dos artigos 3º do Decreto Lei nº 41 de 18/11/66 e art. 31 da Lei nº 8.742/93 (LOAS), NOTIFICA Vossa Senhoria a entregar até o dia 30/09/2012, na sede desta Promotoria, sito Ministério Público, Anexo I, Trav. Ângelo Custódio, nº 36, Telefone: 4008-0458, a PRESTAÇÃO DE CONTAS DE 2012, referentes ao recebimento das verbas públicas, assim como outras doações particulares.

O programa de prestação de contas encontra-se no endereço - fundata.org.br - (fazer download do sistema SICAP- Prestação de Contas, Ano-Base 2012, Versão 2013) ou na 1ª Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extra- judicial, no horário de 08:00 às 14:00 horas, mediante entrega de um CD virgem. Na mesma ocasião V. Sa. receberá o CD com o programa gravado. Segue em anexo Roteiro da documentação necessária a ser encaminhada juntamente com a Prestação de Contas a esta Promotoria.

Cientifico-o(a) que a apresentação incompleta da documentação contábil de aferição de contas poderá importar na desaprovação das mesmas.

Cientifico-o(a) ainda de que o não atendimento injustificado importará na imediata adoção de todas as medidas legais cabíveis inclusive ação judicial de prestação de contas.

Belém, 10 de julho de 2013.

**SÁVIO RUI BRABO DE ARAÚJO**

Promotor de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial

**ROTEIRO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS PARA FUNDAÇÕES E ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL**

1. CD contendo a Prestação de Cõntas no sistema SICAP referente ao ano-calendário 2012 juntamente com o Recibo de Entrega de Prestação de Contas Anual e a Carta de Representação da Administração; (Download No Site: WWW.FUNDATA.ORG.BR)

II. Relatório consubstanciado das atividades desenvolvidas no período, acompanhado de elementos que comprovem a sua efetiva realização de acordo com suas finalidades estatutárias, devendo este ter uma linguagem acessível e conter elementos que permitam à promotoria verificar a atuação da entidade de acordo com seus objetivos estatutários (por exemplo: os programas realizados pela entidade, o número de pessoas beneficiadas, os meios utilizados para atingir as finalidades, os valores gastos, o número de voluntários), devidamente assinado pelo representante legal da entidade;

III. Balanço Patrimonial, Demonstração do Superávit ou Déficit do Exercício (com receitas e despesas detalhadas), COMPARATIVOS, e Balancete de Verificação Final, elaborados de acordo com os Princípios Fundamentais e Normas Brasileiras de Contabilidade, assinados pelo contador, com indicação do número do CRC, e pelo representante legal da entidade;

IV. Declaração contendo a relação de todas as contas bancárias da entidade (conta corrente e aplicação),com identificação da instituição financeira, número da conta e agência, devidamente assinada pelo representante legal da entidade;

V. Cópia do (s) extrato (s) bancário (s) ou documento equivalente emitido pela instituição financeira, que comprove o saldo das contas bancárias (conta corrente e aplicação) no mês de encerramento do exercício (normalmente dezembro de cada ano), ainda que a conta não tenha apresentado movimentação bancária no mês de encerramento do exercício, acompanhada de conciliação bancária, em caso de divergência;

VI. Cópia da Declaração de Informações Econômico - Fiscais da Pessoa Jurídica — DIPJ e respectivo recibo de entrega;

VII. Cópia da Relação Anual de Informações Sociais — RAIS e respectivo recibo de entrega ou, no caso da não existência de empregados, apresentar RAIS Negativa;

VIII. Parecer do Conselho Fiscal ou órgão equivalente;

IX. Parecer e relatório da auditoria quando houver previsão estatutária;

X. Cópias de Convênios, Contratos ou Termos de Parcerias realizados com órgãos públicos ou privados, juntamente com seus cronogramas de desembolsos e planos de trabalho, acompanhadas, quando for o caso, de parecer ou documento equivalente do órgão responsável pela fiscalização ou, caso a entidade não tenha firmado convênios, contratos ou termos de parcerias, apresentar declaração, devidamente assinada por seu representante legal, informando sobre a não existência destes no exercício referente à prestação de contas;

XI. Relação de bens adquiridos, produzidos ou construídos com recursos provenientes de convênios, termos de parceiras e contrato de gestão, conforme determina a PORTARIA Interministerial CGU/MF/MP nº 507/20 1 1.

XII. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal;

XIII. Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por tempo de Serviço (FGTS);

XIV. Certidão de regularidade junto ao Ministério da Justiça. Exclusivo a entidades que possuam qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP), titulação de Utilidade Pública Federal (UPF) e autorização de funcionamento no Brasil como Organização Estrangeira (OE).

XV. Declaração, devidamente assinada pelo representante legal da entidade, informando a existência de servidor público entre os seus dirigentes e, caso exista, informar a que órgão pertence;

XVI. Declaração, devidamente assinada pelo representante legal da entidade, informando aplicabilidade da Lei 12.527/2011, especialmente no que tange no seu § 2º; art. 8º.

XVII. Cópia do Estatuto Social, da Ata de Constituição da Entidade e de Eleição da atual diretoria;

XVIII. Cópia do Alvará de Licença atual emitido pela Secretaria Municipal de Finanças do município de Belém;

XIX. Certidão de Regularidade Profissional do contador responsável pela contabilidade da instituição, emitida pelo Conselho Regional de Contabilidade do Estado do Pará na data de entrega da prestação de contas;

**OBS.: A AUSÊNCIA INJUSTIFICADA DE QUALQUER UM DOS ITENS ACIMA PODERÁ OCASIONAR A DESAPROVAÇÃO DAS CONTAS.**

**OBS2.: DURANTE A ANÁLISE DAS CONTAS, SE FOR CONSIDERADO NECESSÁRIO, PODERÃO SER REQUISITADOS OUTROS DOCUMENTOS, TAIS COMO NOTAS FISCAIS, LIVROS CONTÁBEIS, COMPROVANTES ETC.**

**PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE TUTELA DAS FUNDAÇÕES E ENTIDADES DE INTERESSE SOCIAL, FALÊNCIA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL DA COMARCA DE BELÉM**

**PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PRELIMINAR DE PRESTAÇÃO DE CONTAS FINALÍSTICAS**

**PORTARIA N° 003/2013-PAPPCF/PJTFEISFRJE**

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, através da Promotoria de Justiça de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extra-judicial com fundamento nas disposições constitucionais legais;

CONSIDERANDO que o Plano Geral de Atuação do Ministério Público do Estado do Pará, na área de direitos sociais fundamentais, implementa ações visando o combate à corrupção e à improbidade administrativa, na utilização dos recursos destinados ao terceiro setor sobretudo àqueles disponibilizados às fundações de direito privado e às entidades de interesse social ou assistencial;

CONSIDERANDO as funções institucionais do Ministério Público previstas nos artigos 127 e 129 da Constituição Federal, na Lei nº 8.625/93 (Lei Orgânica Nacional do Ministério Público), de 12 de fevereiro de 1993 e na Lei Complementar Estadual nº 057, de 06 de julho de 2006, (Lei Orgânica do Ministério Público do Estado do Pará);

CONSIDERANDO que cabe ao Ministério Público fiscalizar, através da Promotoria de Tutela das Fundações e Entidades de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extra-judicial da Comarca de Belém, as entidades sociais que tenham sede ou atuem no município de Belém, nos moldes dos artigos 127, caput, e 129, II, III, VI e IX da Constituição Federal; o artigo 55, IV, da Lei Complementar Estadual nº 57, de 06 de julho de 2006; os artigos 1º a 3º do Decreto-Lei nº 41, de 18 de novembro de 1966; Decisão do Conselho Nacional do Ministério Público, Corregedoria Nacional, Reclamação Disciplinar nº 1622/2011-16; artigo 16 da Resolução nº 027/2012-CPJ-MPPA, de 03 de outubro de 2012;

CONSIDERANDO que o múnus ministerial abrange o exame de suas contas, a fiscalização do seu funcionamento, o controle da adequação da atividade da instituição a seus fins de legalidade e pertinência dos seus atos administrativos, podendo fiscalizar a aplicação dos recursos e promover tanto a anulação dos atos ilegais como a própria dissolução;

CONSIDERANDO que é função do Ministério Público promover procedimento administrativo de apuração finalística de contas